



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VII - Nº 115 - 2ª QUINZENA DE JULHO DE 1996 - R\$ 1,00

**O caminho não é o  
eleitoralismo burguês.**

**A tarefa colocada  
é a organização  
nacional das massas  
contra o governo  
e as reformas neoliberais.**

**Não ao sindicato orgânico!**

**Pelo sindicato de luta de classes!**

**Em defesa da independência de classe  
e da democracia operária!**

**As reformas antinacionais e antipopulares prosseguem,  
com a aprovação do CPMF e a discussão da Reforma Administrativa**

**Luta unitária e nacional de massa,  
contra os patrões e o governo,  
para derrubar o plano de fome de FHC!**

## Campanha do POR

**56 anos do assassinato de Trotsky**

**Em defesa do programa  
da Revolução Proletária**



# A quinzena de luta do movimento operário

As direções sindicais têm afrouxado a disposição de luta dos operários. Com os salários atrasados em vários meses, demissões sem receber as verbas rescisórias e o FGTS, reajustes miseráveis e ainda parcelados. Cabe aos operários se organizarem no interior das fábricas,

ter acesso à contabilidade da empresa e exigir dos caloteiros pagamento imediato do trabalho produzido. O operário vende ao patrão sua força de trabalho, isto é, o operário produz para o patrão em troca do salário. Como pode o operário, sem receber o salário, continuar produzindo? Como podem terminar uma greve sem ter sido atendidas suas justas reivindicações? Os patrões prometem e não cumprem. As direções sindicais estão atrasadas. A greve isolada, fábrica por fábrica, tem dado somente vitórias muito parciais ao movimento ou mesmo derrotas.

As reformas nas leis sociais e trabalhistas, como contrato por tempo determinado, fim da data-base etc, estão na pauta do dia e não são pressões parlamentares e abaixo assinados que darão cargos para políticos votarem leis a favor dos trabalhadores. Abaixo assinado não tem poder de negociar empréstimos para os grupos econômicos, banqueiros e ruralistas. A força dos operários está em sua ação direta contra as condições de vida e trabalho impostas pela classe dominante (burguesia). O salário de fome é fruto do plano neoliberal de arrocho e expropriação salarial.

A unificação e a generalização das greves, com manifestações de rua, é o método de luta para exigir salários de acordo com a realidade em que vivemos. A luta da classe operária é a luta de todos os explorados e oprimidos.

\* Têxteis da Rosset em greve para negociar a pauta de reivindicações: vale-transporte, cesta básica e convênio médico gratuito.

\* Têxteis da Trambusti e da T.W. Espuma em greve pela participação no lucro (R\$ 800,00)

\* Operários da Star Moldes, de Diade-

ma, acampados na fábrica cobrando o salário atrasado desde abril.

\* Metalúrgicos da Bucka Spiero, após 2 dias de greve, conquistam aumento salarial.

\* Greve de solidariedade pressiona patrão a readmitir os 45 companheiros demitidos na Picolli, de Ribeirão Pires.

\* Costureiras têm resistido à intransigência dos patrões de atender suas reivindicações. Com manifestações em frente a casa dos patrões e diretores do sindicato patronal. Não aceitam 17% de reajuste oferecido até agora. Em protesto, na loja Marimper (do diretor do Sindvest, Mário Perel), foi colocada a polícia militar de prontidão. **Os capitalistas usam da proteção da força do Estado (a polícia) para desmobilizar os operários em sua luta instintiva por melhores salários. A ameaça dos patrões deve ser respondida igualmente pelos operários para defenderem suas vidas.**

\* Operários da Dufer em greve contra o aumento do convênio médico.

\* Metalúrgicos em campanha por reajuste de 8,63%.

\* Greve de 24 horas na Mercedes, de Campinas, contra adiamento das negociações.

\* Bancários do Itaú fazem enterro simbólico do vice-presidente do grupo que demitiu 8 trabalhadores com quase 20 anos de serviço. Os demitidos recebiam em torno de R\$ 450,00 pela jornada de 6 horas.

\* Metalúrgicos da Eluma, de Santo André, dão o troco aos patrões que não atendem suas reivindicações. Não farão horas extras durante os próximos 15 dias. **A hora extra se caracteriza como superexploração da força de trabalho e produção excedente, com conseqüente acumulação de riqueza para os patrões. Os operários aderem às horas extras por causa do salário de fome que recebem.**

\* Os tribunais da justiça do trabalho (TRT e TST) não entram em acordo. Como no caso dos motoristas de ônibus de São Paulo, agora invalidam o aumento salarial dos trabalhadores da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo. Eles fizeram greve de 14 dias em junho. O TRT concedeu 14,5% de reajuste. Os empresários entraram com recurso no TST, que definiu o "aumento" em 1,82%.

\* Sapateiros, coureiros, hoteleiros, metalúrgicos, vigilantes, trabalhadores da construção civil, laticínios, comerciários etc. se mobilizam, em assembléias, para discutir contrapropostas patronais.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Nacional



## Eleições Municipais

# Rechaçar todas as variantes burguesas e o centrismo pseudo-socialista

Mais uma vez a burguesia joga com as massas exploradas no pleito eleitoral. Os diversos partidos capitalistas correm atrás dos votos daqueles que diariamente pisoteiam. Vêm com as promessas de melhorar as condições de existência dos oprimidos. Prometem o mundo e o fundo.

Os mais poderosos, como Maluf e companhia, manejam uma rede de cabos eleitorais comprados nos bairros operários, favelas e cortiços. Os candidatos procuram os "líderes espirituais" das igrejas e negociam nos bastidores o apoio. Sabemos que as igrejas funcionam como verdadeiros redutos dos partidos burgueses e como trincheiras de defesa da ordem capitalista. Amortizam e obscurecem a consciência dos oprimidos em relação à opressão de classe, à exploração do trabalho, à origem de sua miséria e à função dominadora dos partidos burgueses.

Não é por acaso que as eleições são o campo político da classe capitalista, através do qual sustenta seu poder do Estado e sua ditadura de minoria contra a maioria. Não é de se estranhar que é o momento em que todos os partidos se lançam a corromper as massas com falsidades e esperanças infundadas, quando não com migalhas econômicas. É o momento em que milhões e milhões são gastos pelos partidos para convencer os explorados a se manterem submissos, enquanto passam fome e perdem seus empregos. Empresários de todo tipo cotizam uma fábula para que seus partidos consigam enganar a

população trabalhadora.

Faz parte desse quadro o PT, que se adaptou completamente ao poder econômico, à democracia dos exploradores, às alianças espúrias com políticos burgueses e que não foge ao quadro de corrupção (lembramos que recebe dinheiro de capitalistas). Sua função é a mesma dos demais partidos: manter em pé o regime econômico de exploração, fome, miséria e de opressão social sobre a maioria.

O fato novo está no comparecimento do PSTU, que até as eleições passadas se arrastou por detrás da Frente Popular, dirigida pelos reformistas do PT. Esse partido pretensamente revolucionário só lançou candidaturas próprias onde o PT o chutou. Em São Paulo, temos o exemplo típico. O PSTU chorou nas portas do PT, para que fosse admitido na coligação. Fez de tudo também para atrair os estalinistas do PCdoB e PCB, que acabaram preferindo a Frente Popular petista, onde dá mais voto.

O PSTU se negou a abrir qualquer discussão com as correntes que se reivindicam do trotskismo. Certamente porque não lhe trazem votos. A tática frentista do PSTU, chamada de Frente de Esquerda, tem por pressuposto a capacidade de manobra dos reformistas e estalinistas para angariarem votos. A Frente de Esquerda é assim um aglomerado oportunista. O mais nojento é o fato do PSTU fazer um chamado a uma candidatura socialista, com um programa claramente reformista socialdemocrata.

No Jornal Massas nº 112, edita-

mos uma carta aberta ao PSTU criticando seu falso programa socialista e chamando-o a constituir uma verdadeira frente revolucionária antiimperialista. Mas o PSTU pouco ligou. Não foi surpresa alguma, uma vez que seus passos estão sendo guiados não pela defesa de um programa revolucionário junto às massas, que poderia aglutinar as correntes sérias e honestas, que se reivindicam da revolução socialista. O PSTU, no Brasil, está reproduzindo a mesma linha eleitoral democratizante-exitista do MAS argentino.

Diante dessas circunstâncias e do caráter embrionário de construção do POR, nossa tarefa é de fazer a defesa do voto nulo programático. Convocamos a vanguarda a rejeitar a política burguesa em todas suas variantes e a política centrista dos pseudo-marxistas, cujo principal mal na presente situação é o de anestesiar os lutadores com a vã ilusão em um programa dito socialista.

NACIONAL



## A política de Frente Popular no Ceará

Nada como as eleições burguesas para demonstrar o nível de degeneração política do reformismo (PT, PCdoB) e do centrismo (PSTU). Para conquistar um lugar nas Câmaras Municipais ou administração direta do Estado burguês (prefeituras), vale qualquer aliança política.

No Ceará, onde podem, o PT e o PCdoB tratam de estruturar frentes populares, isto é, buscam subordinar o movimento operário-popular à burguesia, mantendo a luta dos trabalhadores nos estreitos limites do regime burguês.

Em Redenção, Itapipoca, Meruoca, Sobral entre outras cidades, o PT está em aliança com o PSDB, o partido das reformas antinacionais e antipopulares. Em Quixadá, administrada pela aliança PT-PSDB, após o rompimento desta, o PT procurou coligar-se com o PPB de Paulo Maluf. O PCdoB não fica atrás do PT em oportunismo frente-populista.

Em Camocim e Brejo Santo, está em aliança com o PFL, sustentáculo do governo pró-imperialista de FHC e representante das oligarquias regionais.

Enquanto isso, o PSTU decidiu, na capital, integrar a "Frente de Fortaleza" (PCdoB, PT, PCB), apoiada pelo PSB, a sombra da burguesia. O candidato a prefeito é o deputado federal Inácio Arruda (PCdoB), tendo como vice o deputado estadual Mário Mamede (PT), sempre elogiado pelo PSDB por sua "maturidade política", ou seja, o seu apoio à política antioperária do governo Tasso Jereissati.

Em oposição a essa política de frente popular, o POR tem levantado, junto às massas, a necessidade de superar as divisões, de constituir frentes de ação e de avançar o programa revolucionário. O que deve conduzir à construção da frente revolucionária antiimperialista, baseada na estratégia da revolução e ditadura proletárias.

# As eleições manipuladas pelo poder econômico

Os orçamentos das campanhas eleitorais dos principais candidatos à prefeitura paulistana mostram números milionários. Sabemos que os candidatos nunca apresentam o total de gastos previstos com a campanha, que manipulam os números para encobrir suas despesas etc. Mas os valores apresentados, mesmo que inferiores aos reais, já dizem muito.

O maior orçamento é o de Celso Pitta, marionete do atual prefeito Paulo Maluf. São 12 milhões de reais a serem queimados para manter o malufismo controlando a cidade. O segundo maior é o do ex-ministro de FHC, José Serra, do PSDB, com 10 milhões de reais. A ex-prefeita Luíza Erundina prevê gastar 4 milhões de reais.

De onde os candidatos tiram esse dinheiro todo (e mais ainda, que não é declarado)? Dos grandes grupos econômicos, dos bancos, das empreiteiras, dos grandes supermercados etc. A Odebrecht, o Pão de Açúcar, o Itaú etc. acertam doações de dinheiro aos principais candidatos, em troca do compromisso de beneficiarem-se deles caso ganhem as eleições. E não o fazem com apenas um ou dois candidatos, mas com todos que tenham chances de ganhar. Dessa forma, garantem a dependência de qualquer governante aos seus interesses.

Não é diferente com o PT. Apesar de contar com menos

apoio junto à burguesia, o PT também entra na lista das doações, desde que se apresente com chances de vitória e assuma um programa capitalista de governo.

O compromisso do PT com os grupos capitalistas está ligado à sua política de reforma do capitalismo. A política reformista, que recusa a luta de classes e condena a revolução proletária, leva inevitavelmente à corrupção política, que é um dos alicerces da democracia burguesa e de seu Estado. E vice-versa, a corrupção leva à dependência e submissão política, influenciando decisivamente a linha do partido.

Como vemos, as eleições burguesas são um campo de disputa entre os bandos capitalistas pelo controle da máquina do Estado. As frentes burguesas se organizam e utilizam do poder econômico para vencer as demais. É assim que se explica o ascenso fulminante nas pesquisas do candidato malufista, um desconhecido há dois meses atrás, e hoje disputando as vagas ao segundo turno.

Nesse processo, as massas são manipuladas e arrastadas a apoiar os candidatos burgueses. Enquanto têm ilusão na democracia burguesa, continuam submetidas à classe dominante.

Por isso o partido revolucionário intervém nas eleições em primeiro lugar para denunciar a democracia burguesa como uma farsa que ajuda a manter a opressão de classe, e para defender o programa de destruição do capitalismo pela revolução proletária. Não alimenta nenhuma ilusão no voto, e nas possibilidades de se melhorar a administração capitalista, que sempre estará a serviço da burguesia contra as massas. E mantém a independência política e econômica com o autofinanciamento, que vem das contribuições dos militantes e do movimento operário e popular.

Com essa linha, um partido revolucionário nunca conseguirá orçamentos milionários de campanha, e nunca disputará eleições de igual para igual com os candidatos burgueses, mas isso não importa. O que importa é a luta para elevar a consciência das massas ao ponto de perderem as ilusões na democracia burguesa e tomarem seu destino em suas próprias mãos, destruindo a exploração de classe pela revolução.

# Disputas interburguesas aprofundarão crise

O PFL e o PPB formaram alianças na maior parte das grandes cidades do país. Os partidos das oligarquias nordestinas e do malufismo recolocaram em pé a antiga ARENA, partido da ditadura militar, para concorrer à eleições municipais e se potenciarem nacionalmente, com vistas a uma maior influência sobre o governo FHC (mais ministérios, verbas etc.) e às eleições presidenciais de 1998. Excluíram o PSDB da maior parte das frentes. Pretendem enfraquecê-lo, para aumentarem seu poder de barganha junto a FHC e inviabilizar sua reeleição.

O candidato malufista de Salvador (BA), que estava em primeiro lugar nas pesquisas, renunciou em favor do candidato do PFL, a mando de Antônio Carlos Magalhães e em benefício da aliança com Maluf em São Paulo.

Os choques entre os candidatos expressam as disputas entre as frações capitalistas, ao redor do ritmo e alcance das reformas neoliberais. A morosidade das reformas no Congresso é expressão do aguçamento das divisões e choques de interesses entre esses grupos.

As eleições burguesas, em situações normais, é o palco de disputas entre as frações capitalistas. Através delas, a burguesia resolve qual frente burguesa estará no comando do Estado e o utiliza para resolver os próprios problemas. Mas em momentos de profunda crise econômica as frações capitalistas se chocam mais profundamente e não conseguem utilizar o Estado para encaminhar a crise econômica. Acontecem as crises de regime político, que se expressam nas crises das instituições burguesas (eleições, parlamento, judiciário etc.). É isso a que estamos assistindo no momento.

A tendência geral, limitada pela crise capitalista mundial e nacional, é a de agravamento dos conflitos. O reagrupamento direitista do PFL/PPB, com pretensões de reduzir a influência do capital industrial paulista (PSDB), será mais um fator de agravamento da crise.

As massas têm estado à margem desse processo, pela paralisia imposta pelas direções sindicais. Todas as condições apontam que há condições para uma grande ofensiva das massas contra a burguesia dividida e seu governo. Trata-se de trabalhar pela unidade na luta nacional de massas, o que só é possível rompendo com a política de conciliação de classes da burocracia sindical e aplicando a política revolucionária.

Nacional



José Rainha e Diolinda apoiando o PFL?

## Aonde leva a corrupção política

Os dois maiores líderes do MST no Pontal do Paranapanema, José Rainha Junior e Diolinda Alves de Souza, decidiram apoiar o candidato do PFL, que concorre as eleições municipais em Teodoro Sampaio (SP). Segundo o jornal O Globo, José Rainha e Diolinda "não hesitaram em usar mais de 30 tratores da cooperativa dos assentados, com as bandeiras vermelhas do MST, no desfile de lançamento das candidaturas pefelistas" (14/7).

Já numa reportagem especial da Folha de São Paulo sobre a questão dos sem-terra, Diolinda se declarou favorável ao voto no PFL, argumentando que tinham recebido apoio desse partido na região. É como se dissesse: "uma mão lava a outra", ou então, "é recebendo que se dá". Está aí a prova mais dramática da corrupção política de dois militantes com projeção nacional do MST, perseguidos e presos pela polícia.

Sem dúvida, isso não se passa somente com a dupla. Em um debate recente, na reunião da SBPC, um outro dirigente se expressou do mesmo modo. Explicou que não rejeitavam apoio de partido algum e que se tivessem de recorrer a uma prefeitura administrada pelo PFL não poderiam ir até lá com as bandeiras vermelhas flamejantes do MST.

Vemos assim que tais dirigentes não fazem uma distinção de classe entre opressores e oprimidos, entre partidos dos escravizadores e as correntes do movimento operário. Todos eles sabem, mais do que ninguém, que o PFL é o partido da oligarquia latifundiária. É claro que se os políticos da burguesia puderem corromper as lideranças com algum auxílio o farão para destruir o movimento dos explorados.

A atitude de Rainha e Diolinda é de evidente corrupção.

A contestação do presidente do PT de Teodoro Sampaio, José Augusto de Souza, revela o outro lado da corrup-

ção política. Diz ele: "Na hora de sair às ruas para protestar contra as prisões da Diolinda e outros líderes, fazer vaquinha entre deputados para pagar as fianças e lutar no Congresso por leis que agilizam a reforma agrária, é o PT. Quando chegam as eleições, o MST prefere o PFL". Está aí a política da troca de favores. É com ela que José Rainha e Diolinda se movimentam para apoiar o PFL. Certamente os dois também terão dados de benefícios dispensados pelo PFL. O semeeiro da corrupção política é o próprio eleitoralismo dissimulado pelos reformistas do PT nos quatro cantos do país.

Na realidade, a explicação é outra. As lideranças do MST, pelo menos as mais conhecidas, têm assumido uma linha reformista de adaptação ao capitalismo. Quanto mais crescer o impasse de sua política para uma pretensa reforma agrária no interior desse sistema econômico apodrecido e quanto mais se agudizar o choque das ocupações de terra com os latifundiários, mais rapidamente as lideranças cederão às pressões corruptoras do Estado burguês. Toda ousadia e coragem, como já foi demonstrado por José Rainha e Diolinda, se perdem no empirismo e na busca de uma solução patrocinada pelo poder burguês.

É bom lembrar o famoso caso do líder dos bóias-frias (operários agrícolas) de Leme (SP), José de Fátima, que se notabilizou por dirigir importantes greves nos canaviais e que acabou nas mãos de Maluf. Parece que o destino de Diolinda e Rainha segue a mesma trilha.

Esses militantes, desgraçadamente, começam a sua formação política na Igreja e no reformismo e acabam como presas serviçais dos capitalistas. Está comprovado que o maior dos lutadores, seja do proletariado seja do campesinato, que não se forme como quadro marxista revolucionário, está

fadado a se adaptar às pressões da burguesia e a se voltar contra os interesses dos explorados.

O pressuposto de Lenin de que "sem teoria revolucionária não há prática revolucionária" se confirma diariamente no fogo da luta de classes, no interior da qual se perde inúmeros e inúmeros militantes. Somente a militância organizada em torno do programa e da estratégia da revolução e ditadura proletárias, que tenha o domínio do materialismo histórico e que trabalhe no interior das massas com os métodos próprios, poderá enfrentar toda e qualquer pressão corruptora. Mesmo aqueles que estão vinculados ao Partido, mas que não alcançam as qualidades do militante revolucionário profissional (no sentido que dedica sua vida à revolução e que domina de fato a teoria marxista) também podem sucumbir.

Os militantes empíricos e caudilhescos, mais cedo ou mais tarde, são arrastados pela política da burguesia. O que Diolinda e Rainha estão fazendo é uma traição aos camponeses pobres e a todos os explorados. É preciso rechaçar essa atitude e tirar as lições para expulsar das fileiras do MST todos os vendidos.

Nacional



### Obras Completas de Guillermo Lora Volume 14

Já foram publicados os 14 primeiros volumes, sendo que já temos até o 12º no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

### Contribuição à História do Brasil: O desenvolvimento do Trotskismo - volume 2

O desenvolvimento do trotskismo analisado criticamente. O primeiro volume tratou do período até 1935. Este vai até 1950. A análise marxista, crítica, das correntes é fundamental para construir o partido revolucionário.

Adquira o seu com o distribuidor deste jornal.

# O sindicato orgânico nada tem a ver com a democracia operária

O V Congresso Nacional da CUT, realizado em maio de 1994, aprovou a abertura de um processo de discussão sobre a mudança na estrutura da Central. A direção majoritária defendeu a transformação dos sindicatos filiados em sindicatos orgânicos. Trouxe, para isso, o modelo das Centrais européias, a italiana e a alemã. Está previsto que as plenárias estaduais tomem posição. Por essa razão, alguns sindicatos têm debatido em seus congressos o problema. Eis alguns pontos da proposta elaborada pela corrente Articulação:

1) Substituir os sindicatos de categoria por sindicatos de ramos (18 ramos de atividades);

2) Quebrar a unicidade sindical e implantar o pluralismo;

3) Romper a herança do imposto sindical e mudar a forma de controle das finanças;

4) Instituir os Comitês sindicais por empresas

5) Criar os sindicatos de base por regiões;

6) Nos sindicatos não filiados à CUT, constituir associações profissionais, que atuará como Oposição;

Os argumentos principais para tal mudança são:

1) Romper com o velho sindicalismo oficialista;

2) Eliminar com os milhares de sindicatos existentes;

3) Controlar a aplicação das medidas políticas da Central;

4) Exercer maior controle sobre a arrecadação

5) Estabelecer um "código de ética" entre os cutistas

6) Eliminar com as

disputas eleitorais, no campo da CUT.

Alguns aspectos dessa pretensa mudança e dos argumentos parecem à primeira vista justificáveis. Até parece que a Corrente mais responsável pela burocratização dos sindicatos e da CUT de repente se transforma em agente de democratização e de organização de base dos trabalhadores. Porém, "não há ponto sem nó". Na sua essência, a proposta não rompe em absolutamente nada com a estrutura sindical predominante e avança ainda mais na burocratização. O que quer dizer aumentar o controle da casta de sindicalistas profissionais e restringir ainda mais a democracia sindical.

Para provar isso, basta ir ao fundo do problema. O conceito de sindicato orgânico significa maior controle da direção burocrática da Central sobre as finanças e as formas de funcionamento da direção sindical. Toda a história de maior unidade através dos sindicatos de ramos, de organização pela base através dos comitês sindicais por empresas e de moralização pela ética não passa de uma cortina de fumaça. Quando dizemos que o sindicato orgânico implica em maior controle pela cúpula burocrática, verificamos nas seguintes mudanças, que serão as reais:

1) Cabe a CUT regulamentar a proporção percentual que caberá aos sindicatos; 2) Nas negociações trabalhistas, o interlocutor principal não é a direção do sindicato, mas sim a direção da Central; 3) Acaba com o direito democrático de disputa entre as diferentes tendências políticas do movimento operário pela direção dos sindicatos; 4) Os sindicatos não são controlados pela soberania das assembleias. Um exemplo, se a maioria pretende desfilial o sindicato da CUT não pode. Isso quer dizer que os sindicatos não pertencem aos trabalhadores, mas sim à CUT; 5) Institui os sindicatos de ramos como um poder acima dos "sindicatos de base". E sobre o sindicato de ramos o poder da CUT e os Comitês Sindicais (por empresa) não passam de uma instância administrativa da estrutura. Isso porque dependem do consentimento dos patrões para sua existência. Não é por acaso que têm todo um critério de regulamentação, o que não tem a ver com os organismos fabris criados diretamente pelos trabalhadores e que

funcionam como instrumento de luta. Tais comitês sindicais são nada mais do que uma correia de transmissão da orientação da direção burocrática da Central.

Diante disso tudo é necessário rejeitar essa invenção de sindicato orgânico, copiada e imposta pela socialdemocracia européia, responsável pelo sindicalismo de colaboração de classe.

Qual é a essência do problema?

A burocratização dos sindicatos, a formação de uma casta de dirigentes corruptos e o poder de interferência governamental começam pelo problema político. É só daí que vamos compreender o lado organizativo. A independência e democracia operária são duas qualidades próprias das organizações dos explorados. Justamente essas duas qualidades é que estão comprometidas no atual funcionamento dos sindicatos e da Central.

Isso acontece devido a "velha estrutura varguista"? Somente os formalistas ou burocratas interesseiros poderiam dizer que sim. Na realidade, a resposta começa pela política das direções sindicais dominantes. Quem dirige os sindicatos e as Centrais? De um lado, a Articulação, que expressa a política reformista pró-capitalista do PT. De outro, a Força Sindical, declaradamente direitista e a ultraminoritária CGT, que oscila entre o reformismo e a direita. O que há de comum nessas frações burocráticas dominantes? Todas elas defendem e praticam o sindicalismo de "resultados" ou de "negociação". A premissa básica desse sindicalismo é o de evitar, o quanto puder, que os trabalhadores se utilizem do método da ação direta para se confrontar com os capitalistas e o Estado. Trata-se da orientação socialdemocrata, importada por todas elas, de cooperação entre capital e trabalho. Dessa forma, quando o conflito é inevitável e a greve se instala, o papel da direção sindical é a de intermediar o choque entre trabalho e capital, no sentido de restabelecer a cooperação. Só assim os sindicatos deformados podem conviver com o sistema capitalista decadente e que esmaga a vida das massas. Eis porque a burocracia sindical rejeita a tese marxista de que os sindicatos só poderão cumprir o seu verdadeiro papel de defender a vida

Nacional



das massas se potencializarem a luta de classe e funcionarem como órgãos auxiliares para transformações revolucionárias. Ou seja, de destruição do capitalismo.

Como dissemos aí está o início do problema. A estrutura organizativa dependente do Estado, que se utiliza de meios como o imposto sindical, a arbitragem obrigatória do Ministério do Trabalho e uma legislação reguladora do funcionamento dos sindicatos é consequência da existência de uma burocracia dirigente estatizante. Por mais que a Articulação diga que não, sua política é burocrática e estatizante. As mudanças propostas apenas reforçam o seu controle de casta. Dessa explicação concluímos que o que está colocado é varrer a burocracia pró-capitalista e corrompida.

### Que tarefas estão colocadas?

O ponto de partida é o mesmo. Trata-se de alcançar a independência dos sindicatos e da Central do Estado burgueses e de toda política patronal. E conquistar a real democracia operária, através do poder soberano das assembleias e controle direto das bases sobre as direções. É claro que por se tratar de um problema político não serão fórmulas organizativas mágicas que o resolverão. É preciso constituir uma direção fiel a um programa de classe do proletariado, que esteja em total oposição à linha socialdemocrata reformista ou direitista. Nesse sentido, é que se deve implantar as mudanças antiburocráticas e opostas ao controle do Estado.

São elas:

1) Adoção do critério de proporcionalidade para a constituição das direções sindicais, eleitas diretamente pelos trabalhadores;

2) Revogabilidade do mandato pela assembleia, diante de denúncias e comprovações de desvio do programa, corrupção ou burocratização;

3) Eleições a cada dois anos;

4) Constituição de uma comissão de controle do pleito eleitoral, diretamente eleita em assembleia e que não tenha o domínio de nenhuma das chapas concorrentes;

5) Constituição de uma comissão de controle financeiro, eleita na base no momento de prestação de contas, com poder total de realizar auditoria e se dirigir à assembleia;

6) Que nenhum diretor sindical ganhe mais que a média salarial da categoria;

7) Que todo diretor sindical mantenha o vínculo com o trabalho;

8) Que se organize as comissões de fábrica, como órgão da democracia direta das bases, e que estejam unidas num conselho geral de representantes de comissões;

9) Direito das correntes oposicionistas se expressarem livremente nas assembleias e nas publicações do sindicato;

10) Nos sindicatos não cutistas, formar Oposições, sem se submeterem ao controle burocrático da direção da CUT. Deve-se apenas exigir que o programa da Oposição seja classista e corresponda a organização de independência e democracia sindicais;

11) Não aceitar nenhuma legislação

restritiva e com poder de interferência do Estado sobre os sindicatos;

12) Os congressos sindicais e da CUT estejam representados por delegados eleitos diretamente na base, de forma que estejam devidamente representadas todas as correntes do movimento operário;

13) Romper com o domínio político, ideológico e organizativo das organizações internacionais da socialdemocracia sobre a CUT. E determinar o princípio do internacionalismo proletário e da unidade organizativa internacional em torno do programa de independência e da doutrina da luta de classe;

14) Que as finanças sejam determinadas pelas assembleias e sejam arrecadadas diretamente pelos sindicatos, através do sistema de filiação;

15) Defesa do princípio da unidade e democracia operária, que quer dizer que as assembleias e congressos representativos tenham o poder de decidir sobre o funcionamento sindical;

Nacional



## Reforma administrativa: mais um passo na reforma antinacional e antipopular

O parlamento discute o relatório de Moreira Franco sobre a reforma administrativa. É mais uma etapa na reforma antinacional e antipopular de FHC, ditada pelo capital financeiro internacional (imperialista). Seu conteúdo é o de possibilitar a demissão e limitar os salários já arrochados do funcionalismo. O que os partidos patronais discutem é o tamanho do corte.

Os lacaios do capital internacional atendem às ordens de cortar todo tipo de despesa pública para dar condições ao Estado de sustentar o parasitismo financeiro, através das dívidas interna e externa. A reforma neoliberal nada mais é que a abertura e entrega da economia nacional ao imperialismo e o corte de todo tipo de gasto do Estado para beneficiar a especulação capitalista. A falência os

estados e municípios, afogados em dívidas, não importa aos sanguessugas imperialistas: se não há dinheiro, então quer que se corte os gastos públicos com saúde, educação, moradia e até com os salários do funcionalismo. Tudo em benefício da agiotagem imperialista.

A ofensiva burguesa só pode ser enfrentada com a luta nacional de massa. A reforma administrativa, em discussão no Congresso Nacional, e que levará a milhares de demissões de funcionários, é um ataque a toda a população oprimida. O arrocho salarial, a recessão e o desemprego, a falência da saúde, educação, previdência etc. são consequências do plano antinacional e antipopular. Por isso trata-se de combatê-lo no seu conjunto, nacionalmente, com os métodos de luta proletários - as greves,

ocupações, manifestações de rua.

As tentativas de arremedo na reforma neoliberal que fazem os partidos reformistas só ajudam a legitimar a reforma de FHC. Temerosos das consequências da mobilização nacional de massa, incentivam as ilusões nas instituições da democracia burguesa. Ao contrário, devemos rechazar as negociatas de perdas de direitos como traição às massas e projetar a luta nacional e unitária de massa contra o plano neoliberal e o governo FHC.

# Dados sobre o Brasil comprovam as teses da revolução proletária

Há pouco tempo os historiadores e políticos burgueses falavam nos "dois brasis" e mais recentemente na Belíndia, para denominar os pólos de desenvolvimento e de atraso. Caracterizavam o Sul/Sudeste à semelhança de alguns países mais ricos do planeta e o Norte/Nordeste como retratos das regiões mais pobres do mundo. Agora, já se fala em "três brasis".

Os dados apresentados pelo relatório do Programa das Nações para o Desenvolvimento e pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada revelaram a existência de uma área intermediária entre os dois pólos. Descreve-se um grupo de estados, entre eles o Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Roraima e Rondônia, onde os índices de desenvolvimento humano são parecidos com os dos países do Leste Europeu. E chega à conclusão de que o Brasil regrediu, ficando muito abaixo da Argentina, Uruguai, ocupando assim a 63ª posição no ranking mundial.

O relatório analisa a renda, a escolaridade e expectativa de vida do povo brasileiro. Anuncia que há quase 42 milhões de pobres, o que equivale a 30,2% da população. O que quer dizer que uma em cada três pessoas não possui condições para suprir suas necessidades básicas. Estão, na verdade, abaixo da linha da pobreza. Não têm recursos sequer para comer. A maioria dos pobres brasileiros se concentra na região nordeste e na região mineira do Vale do Jequitinhonha, onde mais de 65% de um total de um milhão de pessoas ganham até um salário mínimo de 112 reais. É nesse "subbrasil", como assim o intitulam, que a mortalidade infantil e doenças esquistossomose e leis-

hmaniose acabam matando uma boa parte dessa população miserável.

Ao lado desse Brasil miserável, os dados demonstram que houve um aumento da concentração de riqueza nas mãos de uma ínfima minoria da população. A renda média dos 10% mais ricos é quase 30 vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres. A concentração de riqueza de um lado e de miséria de outro tem se agravado na última década, ao contrário do que diz a burguesia e seu governo. É parte disso os baixos índices de escolaridade da maioria da população. O estado de São Paulo, um dos mais ricos da federação e campeão em escolaridade, a média está em torno de 4,5 anos, ou seja, só adquiriu o ensino básico de 1ª a 4ª séries. Já no Nordeste, Alagoas está na rabeira com uma média de 1,9 anos. Estado esse com somente 55% da população adulta alfabetizada.

Tal relatório, que subdivide o Brasil em três pedaços, na verdade expõe a brutal contradição imposta pelo capitalismo em sua fase de desagregação. A burguesia nacional comparece débil diante desses graves problemas, incapaz de erradicá-los no quadro da dominação imperialista. As soluções neoliberais popagandeadas pelo governo como se fossem para pôr fim à miséria só têm servido para aumentar ainda mais as desigualdades sociais, exacerbando a concentração de riqueza.

O governo de Fernando Henrique Cardoso está obrigado a abrir a economia ao capital estrangeiro, privatizar as estatais, incluindo os serviços públicos, saúde e educação. Tais medidas agravam as já péssimas condições de vida da maioria da população, que vive de perto os males do desemprego e do miserável salário mínimo, que não dá nem para comprar a cesta básica. Fato esse por si só impeditivo à permanência das crianças nas escolas.

O capitalismo no Brasil, que chegou tardiamente, quando um pequeno punhado de países já dominavam o mundo, não pôde ser capaz de desenvolver harmonicamente as forças produtivas internas. O desenvolvimento desigual e combinado, uma lei histórica do sistema capitalista, se expressou com toda nitidez nas fronteiras brasileiras. Regiões se desenvolvem em função das necessidades do mercado externo em detrimento de outras. É o que se passa entre o Sul/Sudeste e o miserável nordeste. A burguesia nacional não pôde romper com esse elo de dominação imperialista e impor um crescimento harmonioso do capitalismo. Ao contrário, desde cedo, vem respondendo às pressões do domínio imperialista, primeiramente à Inglaterra e depois aos Estados

Unidos.

As medidas apresentadas recentemente pelo governo do PSDB atendem aos interesses dos credores externos e do grande capital nacional. As medidas demagogas do governo, a exemplo da Comunidade Solidária, nada tem a ver com as reais necessidades da maioria da população, que sofre as consequências mais nefastas do capitalismo semicolonial.

Os dados do relatório da própria burguesia imperialista evidenciam a justeza das teses da revolução proletária. Ao contrário do reformismo, que ludibria com a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo nacional sem se chocar com a dominação imperialista, o POR demonstra que a solução da miséria está na revolução e na ditadura proletária. O servilismo da burguesia revela sua incapacidade de dotar o país de reformas democráticas, a exemplo do acesso à terra para milhões de camponeses, implantação do salário mínimo vital e erradicação do analfabetismo. Por outro lado, o reformismo petista, que alimenta a confiança num setor da burguesia para amenizar os males do sistema de exploração do trabalho, nada mais faz do que ressuscitar as velhas teses estalinistas de reformas, sob a base de um governo democrático e popular. O programa da Frente Popular Brasil para pôr fim à miséria e desenvolver o capitalismo nacional se mostra utópico-reacionário. A exemplo da solução dos conflitos no campo com a compra de terra dos latifúndios improdutivos. Ou do fim do analfabetismo com o simples aumento de alguns pontos percentuais aplicado ao ensino.

Os reformistas estão sempre prontos a dizer que as idéias marxistas do POR nada tem ver com as condições do país. Por isso, combatem a necessidade de construção do partido revolucionário, dotado do programa e da organização marxista-leninista. Não são capazes de compreender as leis e contradições inerentes ao sistema capitalista e acabam fazendo coro com uma ala reacionária da burguesia nacional. O POR luta para pôr fim à miséria, pelo acesso a todos à educação em todos os níveis, pela terra aos camponeses pobres, pelo emprego, enfim para derrubar o sistema de exploração do trabalho. Porém, a erradicação da miséria e de toda chaga capitalista só virá com a revolução social, da maioria nacional oprimida, sob a direção e programa do operariado.

Nacional





# O imposto deve ser pago pelos exploradores!

A divisão dos partidos burgueses na aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) se deu em torno do valor da alíquota a ser descontada e o custo para as especulações financeiras nas bolsas de valores, para as exportações, enfim, a discussão em defesa da economia dos capitalistas.

Na verdade, os prejudicados são os assalariados. O imposto sobre cheque é mais um ataque aos salários dos trabalhadores, que terão redução de 0,20% em cada cheque emitido. Com um salário cada vez mais achatado, a massa de trabalhadores não têm perspectiva de sobreviver. Não tendo alimentação adequada, moradia servida de esgoto e saneamento, vestuários etc., está sujeita às doenças oportunistas, como pneumonia, tuberculose, esquistossomose, dengue e infecções de toda espécie. Milhares de desempregados não têm como sustentar suas famílias.

Primeiro, o governo neoliberal reduz as verbas da saúde, corta o número de funcionários e deixa os hospitais públicos à míngua. Agora, hospitais públicos, como o Hospital das Clínicas, têm atendido pacientes dos

planos de saúde privados.

O montante a ser arrecadado para a saúde pública acabará servindo para socorrer os hospitais privados com a justificativa de atendimento à "população pobre". O restante dos recursos fará uma reforma nos hospitais públicos para repassá-los à iniciativa privada.

Os exploradores é que devem pagar pela saúde de seus escravos. A melhora das condições de vida, elevação do salário mínimo real de acordo com o custo de vida, redução da "estressante" jornada de trabalho são medidas para que os trabalhadores preservem suas vidas.

A pressão das multinacionais de saúde e indústria farmacêutica torna o Estado entreguista e sucateador. Os capitalistas da indústria químico-farmacêutica têm interesse em manter e propagar doenças para manter elevado o consumo de remédios.

A saúde da população, em geral, depende de eliminar as desigualdades sociais e regionais, que só poderão ser efetuadas sobre a base do programa revolucionário de defesa da saúde pública e gratuita sob controle dos trabalhadores.

## Programa do Partido Operário Revolucionário

### Sobre a estratégia: ditadura do proletariado e governo operário e camponês

O objetivo de qualquer partido é alcançar o poder. Nisso reside a estratégia. Porém, como os partidos expressam interesses históricos de classe, se diferenciam profundamente em todo conteúdo programático. Duas são as classes fundamentais no capitalismo: a burguesia e o proletariado. Ou seja, a classe capitalista exploradora, que detém os meios de produção e o poder do Estado; e a classe operária, que vende sua força de trabalho e movimenta coletivamente a produção.

Essas duas classes antagônicas determinam a natureza dos partidos, o que quer dizer o conteúdo do programa. Os partidos da burguesia têm como premissa histórica sustentar o domínio sobre os meios de produção e conservar a exploração do trabalho. Eis porque o fundamento estratégico de qualquer partido burguês, que se diferencia apenas quanto às particularidades, é o de preservar a ditadura de classe dos capitalistas sobre a maioria explorada, da qual fazem parte proletariado, campesinato pobre e a classe média urbana arruinada.

O partido revolucionário do operariado tem como estratégia destruir a ditadura de classe da burguesia. Para isso, terá de tomar-lhe o poder através dos métodos insurrecionais de massa e implantar sua ditadura de classe. Trata-se de um poder da classe operária, apoiada na maioria oprimida, contra a minoria burguesa, que antes exercia o seu domínio através da ditadura da minoria. Está aí porque a estratégia programática do POR é a ditadura do proletariado.

Qualquer corrente que se propõe a

constituir um partido da classe operária e que não tenha claramente estruturado o programa em torno do princípio da ditadura do proletariado não pode encarnar a revolução social.

Agora, qual é a sua particularidade nas condições do Brasil? A ditadura do proletariado será exercida por intermédio de um governo operário e camponês. A razão está em que a classe operária não poderá chegar ao poder sem uma aliança de classe com os camponeses pobres, que lutam contra o domínio latifundiário. Tal unidade, sem dúvida, é a condição para também deslocar a classe média urbana arruinada para o lado da classe operária.

A revolução no Brasil será da maioria nacional oprimida contra a minoria capitalista interna e externa (imperialista), sob a direção da classe operária. A formulação estratégica do governo operário e camponês é decisiva para expressar os fundamentos da ditadura do proletariado. Trata-se de um governo anticapitalista e antiimperialista, em que a hegemonia do Estado está sob o comando da classe operária.

Em nenhum momento o programa e sua estratégia podem confundir a natureza e o objetivo das classes sociais oprimidas, que não se circunscrevem apenas ao proletariado, cuja base de existência está na indústria. Essa é a razão por que o POR rejeita e combate formulações como: governo dos trabalhadores, governo dos trabalhadores da cidade e do campo e governo democrático e popular.

O conceito de trabalhadores engloba proletários, camponeses e classe média. Assim se pode confundir o ca-

ráter proletário do governo e seu conteúdo de ditadura do proletariado. Via de regra, as correntes que se utilizam dessa formulação se baseiam em uma política centrista (aquela que oscila entre o marxismo e o reformismo) e se adaptam ao democratismo eleitoreiro da situação.

O governo democrático e popular, de origem estalinista, defendido pelo PT, expressa com toda evidência o conteúdo burguês. Significa um governo adaptado à democracia burguesa (democrático) e apoiado no democratismo formal do mecanismo eleitoral (popular). Basta que se verifique o programa do PT para se concluir que este defende a continuidade da ordem capitalista. Nesse sentido, a estratégia do governo democrático e popular é abertamente da contra-revolução.

O POR tem realizado uma crítica sistemática a essas variantes de formas de governo e procurado fundamentar com maior precisão o governo operário e camponês, que é o mesmo que a ditadura do proletariado.

(No Massas seguinte se exporá o método da classe operária)



# II Encontro do Departamento Nacional dos funcionários da Educação

Em nosso jornal nº 114, criticamos a forma em que se realizou o XI Congresso da AFUSE. Esta crítica causou polêmica entre os delegados ligados à AFUSE. A burocracia negou-a dizendo que não era verdadeiro o seu conteúdo. Mas as discussões que aconteceram no Encontro novamente comprovaram nossa crítica de que a burocracia anula os congressos através de recursos despolitizadores e distracionistas, como festas e palestras acadêmicas inócuas.

No II encontro do DEFE as discussões não passaram de formalidades sobre a questão da profissionalização, da mulher etc e depois festas e festas.

Sabemos da importância das informações dadas pelo sindicato, porém em um Congresso ou Encontro Nacional o fundamental é discutir e definir uma resposta à crise da educação, à diretriz governamental das demissões voluntárias, o arrocho salarial e a terceirização. O objetivo de um Congresso ou Encontro é o de aprovar um plano de luta. Toda a análise política e discussões devem convergir para essa tarefa. Ao contrário, a burocracia obscurece a

discussão com festividades, impedindo a politização da classe e a sua luta contra o governo.

Devido a isso, o Encontro Nacional dos funcionários da educação não serviu para armar o conjunto dos trabalhadores para enfrentar a ofensiva dos governos neoliberais.

O Congresso da AFUSE e o Encontro do Departamento são mais uma prova da política pró-capitalista das direções sindicais, que procuram fazer apenas pressões distracionistas no Parlamento. Tanto é que a principal proposta do Encontro foi a de levar até o Presidente um plano de profissionalização, de fazer demagogia com algumas migalhas (5 salários mínimos) e de defender aquilo que acham "bom" na Reforma que o governo FHC está impondo à educação.

## O rebaixamento das reivindicações.

A pauta de reivindicações do Departamento Nacional se limitou a exigir do Presidente da República os cursos de profissionalização para os funcionários da educação e um piso salarial de cinco salários mínimos, para uma jornada de 40hs semanais.

Durante sua sonolenta explanação, o representante da CNTE falou que não "era contrário à informatização das escolas e sim que os funcionários tivessem cursos de capacitação para acompanhar os novos tempos".

Toda essa demagogia reflete as manobras da burocracia ligada aos servidores em torno do Plano de Carreira, onde os funcionários, dado o seu grau de instrução, possam passar de um cargo para o outro dentro do mesmo quadro, para ganhar umas migalhas a mais no salário.

Por que as direções sindicais defendem profissionalização e plano de carreira, utilizando um método estranho à classe trabalhadora, que é a ilusória pressão no Parlamento (vereadores, deputados e presidente)? Devemos buscar a resposta na política reformista dos burocratas sindicais, que procuram iludir com melhorias nas falsas propostas do governo patronal. Assim, se negar colocar os sindicatos em luta aberta contra os ataques do governo e suas manobras políticas. É claro que não querem que a base trabalhadora do sindicato se utilize do método da ação direta contra os opressores, porque temem perder seus cargos de burocratas corrompidos, seu espaço dentro do capital e seu "status" de sindicalistas.

As reivindicações dos funcionários da educação estão assim rebaixadas, porque as direções dos sindicatos defendem as reformas do governo, rebaixam as reivindicações e iludem os trabalhadores de que é melhor pedir pouco, uma vez que é mais fácil do governo ceder, do que lutar por aquilo que necessitamos. Assim, com essa falsidade, as direções acendem "uma vela para Deus e outra para o Diabo". Ao mesmo tempo que procuram o que é "melhor" na Reforma, nos enganam dizendo que isso é luta.

A base trabalhadora não pode aceitar esse oportunismo dos burocratas. Devemos nos organizar desde as escolas em torno de nossas reivindicações e do método próprio de luta, que é a mobilização de massa e a greve. A plataforma de luta contra o desemprego, o esmagamento salarial e a desqualificação dos funcionários deve ter por objetivo pôr abaixo, juntamente com os demais trabalhadores, a Reforma antinacional e antipopular de FHC.

## Natal

# Professores do estado respondem à política opressora do governo burguês e salafário

A política capituladora e de conciliação de classes com a burguesia da CNTE e do SINTE, ajudada pelo PSTU (na direção) tem levado os professores do estado a um ano e quatro meses de derrotas no governo Garibaldi Filho. As perdas históricas já somam, até fevereiro de 1996, o acúmulo de 1170,27%. Sem falar em outras mazelas "mínimas" deste governo: suspensão de vale-transporte (para quem ganha mais de 2 salários); não implantação da promoção vertical; extinção de regência extraclasses para aposentados;

não incorporação do abono; atrasados etc. A própria CNTE fez um quadro demonstrativo que revela o salário do RN como o segundo pior do país, perdendo apenas para a PB. O salário base de um professor P6 começo de carreira é, há mais de um ano, R\$ 42,41.

No estado, o gerente do neoliberalismo e do imperialismo norte-americano - Garibaldi Filho, com a contribuição de seus auxiliares, SINTE e CNTE, implanta fielmente o projeto neoliberal da educação - Plano Decenal - conforme ordenaram o Banco Mundial, a Unesco e a Unicef em 1990, na Conferência Mundial sobre educação a todos. Além das perdas salariais, a "prioridade" tão prometida em campanha, para a educação, é demitir funcionários - 2 mil quando assumiu e estima mais 10 mil para este ano - e destruir o restante das escolas que temos, ao não investir

sequer um só tostão em educação. Falta do simples pedaço de giz ao profissional para lecionar.

Frente a toda desgraça, a direção do SINTE iludiu, durante todo esse tempo, a categoria, fazendo-a acreditar em conquistas através de negociações, que nem sempre aconteciam. Em contrapartida, a real situação de miséria e derrota em que vivem os professores, TEDs e ASGs leva uma parte da categoria a desacreditar completamente na direção e negar a greve como instrumento eficaz de luta, e a outra parte, a exigir da direção que a "representa" respostas positivas para a classe.

A pressão e a exigência da categoria sobre a direção se traduziram na deflagração da greve no dia 19 de maio, a qual a direção do SINTE, apoiada pelo PSTU, dizia em assembleias anteriores que "ainda não é hora de estourar a greve; que a



categoria não está preparada e que o momento é de construir a greve". Uma vez deflagrada a greve, a direção do CNTE no estado tentou a última cartada de capitulação: propôs na assembléia de deflagração uma "trégua de 5 dias", para que o governo se pronunciasse e depois é que a categoria assumiria estar em greve. Pressionada pela base e pela Corrente Proletária, a CNTE recuou, dizendo ter proposto apenas uma nova assembléia em 5 dias, para avaliar a posição do governo frente à greve.

Após um mês e quatro dias de greve, o governo burguês tenta vencer os professores pelo cansaço, mostrando-se insensível ao movimento e dizendo "não"

a todas as reivindicações. A direção já aponta para a capitulação, elaborando mil propostas vergonhosas de migalhas, como a oferta de negociação com o governo, o qual não está nem aí para com os próprios répteis do CNTE, pois percebe claramente o pedido de perdão destes.

A Corrente Proletária se contrapõe radicalmente às negociatas capituladoras, por compreender que iludem os trabalhadores e degeneram ainda mais as condições vitais dos professores e das escolas. Para que saíamos vitoriosos da greve é preciso que a direção fortaleça o movimento, unificando-o com os demais setores públicos em greve no estado; que a CNTE chame uma greve nacional da

educação para barrar a reforma administrativa e o plano Decenal; que a exploração sobre os professores e a degeneração da educação no estado são parte do projeto neoliberal de FHC e do imperialismo na educação e, por isso, coloca-se a greve geral, que deve ser chamada pela CUT, para derrotar o plano.

É preciso, sobretudo, resistirmos até a conquista das nossas reivindicações. Para tanto, devemos aprofundar nossos métodos de luta: ocupar a secretaria, fazer piquetes nas escolas e instituições etc., obrigando o governo recuar.

## O maior legado de Trotsky: A Teoria da Revolução Permanente

No dia 20 de agosto de 1940, Jacques Mornard desferiu um golpe de picareta de alpinista sobre a cabeça de Leon Trotsky, que se encontrava exilado no México, na cidade de Coyoacán. Na verdade, Jacques Mornard apenas foi o executor de um ordem ditada pelo carrasco Josef Stalin. Em 20 de agosto de 1996, a morte do grande revolucionário russo estará completando 56 anos. Se a morte de Trotsky foi um grande golpe na IV Internacional, que recém se organizava, em nada abalou a força de seu pensamento, que hoje emerge como uma potência diante da desintegração do capitalismo e do processo de restauração capitalista na Rússia.

O Partido Operário Revolucionário inicia uma campanha até o final de agosto em torno do 56 anos da morte de Trotsky. Estará expondo sua trajetória de revolucionário marxista e os fundamentos de seu pensamento. Trotsky se elevou à altura dos maiores homens que a humanidade já conheceu. Ao lado de Lenin, Marx e Engels, o militante bolchevique colocou a doutrina marxista num patamar, que obga qualquer organização que pretenda construir o partido da revolução socialista a assimilá-lo. Como meio de difusão de seu trabalho teórico e programático, o POR estará publicando uma série de materiais. A Revista Socialismo Científico nº2 será dedicada especialmente ao pensamento do rigoroso cientista da Revolução Russa e do internacionalismo proletário.

A teoria da revolução permanente foi o maior dos legados de Leon Trotsky. Inclusive, foi o principal instrumento que norteou esse militante do proletariado a combater o revisionismo estalinista e a restauração capitalista na ex-União Soviética. Expomos abaixo um resumo da teoria da revolução permanente feita por Trotsky no prefácio de publicação do livro "1905. Balanço e Perspectivas" e que figura como apêndice dessa obra.

### Apêndice: prefácio 1919

"Os mencheviques intentaram sempre em toda parte descobrir indícios de desenvolvimento de uma democracia burguesa, e quando não os encontraram os imagina-

ram. (...)Os mencheviques se esforçaram tão fanaticamente em encontrar uma democracia burguesa dirigente de forma que ficasse assegurado o caráter burguês 'legal' da revolução, que eles mesmos se encarregaram, com mais ou menos êxito, durante a revolução, quando não apareceu nenhuma democracia burguesa dirigente, de cumprir com os deveres daquela. Está completamente claro que uma democracia pequeno burguesa sem nenhuma ideologia socialista, sem um estudo marxista das relações de classe, não podia atuar, nas condições da revolução russa, de outra forma como atuaram os mencheviques como partido 'dirigente' da revolução de fevereiro. A ausência de uma base social séria sobre a qual se apoiasse uma democracia burguesa se demonstrou nas pessoas dos mesmos mencheviques: caducaram rapidamente e foram varridos pela continuação da luta de classes, já no oitavo mês da revolução.

Ao contrário, o bolchevismo não estava contagiado em nada pela crença no poder e na força de uma democracia burguesa revolucionária na Rússia. Desde o princípio reconheceu a significação decisiva da base operária na revolução vindoura, mas seu programa se limitava, na primeira época, aos interesses das grandes massas camponesas, sem a qual - e contra a qual - a revolução não poderia ser levada a cabo pelo proletariado. Daí o reconhecimento (interino) do caráter burguês da revolução.

Segundo a sua apreciação das forças internas da revolução e de suas perspectivas, o autor (refere-se a ele próprio Trotsky) não pertencia, naquele período, nem a uma nem a outra corrente principal do movimento operário russo. O ponto de vista adotado então pelo autor pode ser formulado de uma maneira sintética, como segue:

Correspondentemente a suas tarefas mais próximas, a revolução começa sendo burguesa, mas logo faz com que se despreguem rapidamente potentes antagonismos de classe e que somente poderá chegar a vitória caso a única classe capaz de se colocar à cabeça das massas oprimidas - o proletariado - conquiste o poder.

Uma vez no poder, o proletariado não quer e não pode limitar-se aos marcos de um programa democrático burguês. Pode levar a cabo a revolução somente se a revolução russa se prolongue em uma revolução do proletariado europeu. Então se superará o programa democrático burguês da revolução, junto com seu marco nacional, e a dominação política temporal da classe operária russa avançará para uma ditadura socialista permanente. Mas se a Europa não avança, então a contra-revolução burguesa não tolerará o governo das massas



trabalhadoras na Rússia e empurrará o país para trás - mais para trás da república democrática de operários e camponeses.

O proletariado, uma vez chegado no poder, não deve se limitar aos marcos da democracia burguesa, tem de aplicar a tática da revolução permanente, isto é, anular os limites entre o programa mínimo e máximo da socialdemocracia, passar a reformas sociais cada vez mais profundas e buscar um apoio direto e imediato na revolução do Oeste Europeu".



# História do Trotskismo no Brasil

No **Massas nº 113** analisamos que as medidas liberalizantes adotadas por Vargas após o final da guerra (1945) eram uma desculpa para poder traçar um novo plano continuísta, como foi o *Estado Novo* em 1937. Foram convocadas eleições presidenciais e a formação de uma Assembléia Constituinte para o mês de dezembro. A oposição burguesa liderada pela *União Democrática Nacional (UDN)* e os partidos de esquerda reformistas (lideradas pela *Esquerda Democrática* e que mais tarde fundarão o *PSB*) percebendo a manobra getulista lançam a palavra de ordem pela destituição de Vargas (*"Todo Poder ao Judiciário"*). Este movimento ganha força com a entrada do *PSD (Partido Social Democrático)*, aliado de Getúlio) e em 29 de outubro de 1945 Vargas renuncia. O *Partido Socialista Revolucionário (PSR)* procurará, após a renúncia, impulsionar a formação de uma *Frente Única* como veremos a seguir.

## A Atuação do Partido Socialista Revolucionário nas Eleições

O PSR procurou impulsionar a formação de uma Frente Única para a democratização em 1945. Para isto elaborou o programa da *"Consolidação Democrática Radical"* que, em seu anteprojeto de 1945, colocava-se como *"uma aliança de todos os matizes que se encontram neste programa um ponto de confluência, nenhum dos vários grupos e organizações que dela participam renunciam à sua independência ou enrola sua bandeira, pelo contrário, o presente programa de frente única, é feito sob o critério exclusivo de um acordo técnico eleitoral, imposto e justificado pelas circunstâncias atuais, que terá validade até que o país entre em gozo de instituições realmente vivas, que dêem conteúdo substancial a uma democracia dinâmica a qual não se detenha nos limites clássicos do liberalismo"*. Vemos que o PSR se aproximava da perigosa posição estalinista-reformista da democratização e, portanto,

do frente-populismo.

Contra a repressão do Governo Dutra ao movimento sindical, o PSR tentou fundir, no calor das lutas que se desenvolviam, seu *"Programa de Reivindicações Transitórias"* para que pudesse se transformar num verdadeiro programa revolucionário. Em seu prefácio o programa publicado no *Orientação Socialista* de 05/11/46 dizia: *"Os itens sumariados abaixo longe de constituir um programa socialista, representam, todavia, entre nós a essência das aspirações mais sentidas pelo proletariado e por todos os oprimidos do regime capitalista. Não abarcando embora toda a extensão de um plano socialista de ação imediata, serve para medir a coerência de princípios dos que agora se apresentam como representantes da classe operária e camadas afins. OS oferecendo-o em mira para traçar um roteiro de atividades socialistas nesta hora que em torno das urnas tendências antagônicas vão disputar o direito de legislar para a coletividade. As limitações impostas pelo regime vigente à imprensa proletária nos impedem de ser mais explícitos e minuciosos a respeito das várias questões aqui esboçadas. As constituições estaduais a serem elaboradas pelo modelo da carta de 18 de setembro terão fatalmente acentuado caráter de classe e, portanto, não poderão ser aceitas, em bloco, por marxistas autênticos. Apenas merecerão da parte do proletariado e de seus representantes aquelas minguadas liberdades democráticas que alargadas pela elaboração das leis ordinárias, dêem aos explorados a oportunidade de uma participação mais ativa na vida pública e construção de suas organizações próprias e independentes:*

- a) pela liberdade e autonomia sindicais irrestritas e pelo direito a greve em toda plenitude.
- b) pela extinção da polícia política e de todos os órgãos de repressão ao movimento operário.
- c) direito sem limitações, de organização, reunião e manifestação do pensamento oral e escrito.
- d) pelo reconhecimento dos comitês de fábrica.
- e) escala móvel de salários e escala móvel das horas de trabalho.
- f) pela abolição do segredo comercial e instituição do controle operário na indústria.
- g) pela expropriação dos bancos particulares e pela passagem do sistema de crédito para as mãos do estado.
- h) expropriação pelo Estado, sem indenização e nem compra, das indústrias monopolizadas e dos trustes e monopólios imperialistas.
- i) pela confiscação dos lucros obtidos na guerra.
- j) pela expropriação de todas as fortunas acumuladas, direta ou indiretamente, no exercício de cargos públicos.
- k) centralização num único instituto de pensões e aposentadorias de todos os atualmente existentes e entrega de suas direções a comitês constituídos exclusivamente de delegados eleitos pelos próprios contribuintes.
- m) reforma radical do imposto de renda

com taxas altamente progressivas sobre grandes fortunas e abolição de qualquer tributo sobre os que vivem de salários e ordenados.

n) nacionalização da terra e sua entrega aos que nela trabalham com a abolição de todas as formas de trabalho anacrônicos, como a meia, a terça e várias modalidades de arrendamento.

o) reforma completa da lei eleitoral, o direito de voto deve ser extensivo a soldados e marinheiros, e aos analfabetos. A lei eleitoral deve igualmente garantir, de modo efetivo, a representação das minorias, autorizando o registro de candidatos avulsos e de organizações proletárias legitimamente socialistas.

O PSR procurava dar ênfase à criação da *Frente Única Proletária* (como várias organizações trotskistas daquele período, temiam a colocação da *Frente Única Anti-imperialista* se confundisse com a *Frente Popular* estalinista), organizada através das comissões por locais de trabalho, que deveriam dirigir as várias greves do período.

*"Orientação Socialista"* de novembro de 1946, procurou mostrar que a *Frente Única Proletária* se impunha historicamente, propondo a unidade de anarquistas, socialistas, estalinistas e trotskistas em torno do avanço da luta através do programa de reivindicações transitórias e afirmando que nenhuma destas reivindicações poderiam ser completamente realizadas com a manutenção do regime burguês.

Um dos frutos desta frente foi a participação nas eleições municipais de SP do candidato do PSR Antonio D'Elia (diretor da Associação dos Servidores Municipais) na legenda do PSB, tendo aproximadamente 700 votos, em 1947. Afirmavam: *"o que objetivamos com a obtenção de cadeiras nas Câmaras Municipais ... tribunas por meio das quais possamos implacavelmente denunciar os crimes das classes dominantes contra os interesses dos oprimidos ... dando realce à luta por melhores condições de existência das camadas trabalhadoras, reivindicando para estas a reitos que não são favores. Não subordinamos todavia as batalhas pelo socialismo às escaramuças quotidianas por mais pão e menos pressão"* (do editorial de *"Orientação Socialista"* nº 18 de 25/10/47). É importante lembrarmos que diferentemente dos ex-trotskistas da *Vanguarda Socialista* que resolveram se fundir com os "socialistas", o PSR fez uma aliança pontual sobre pontos programáticos.

Mas por mais que o PSR se esforçasse não conseguiu ultrapassar a barreira da *Frente Única Proletária*, que é própria para os países altamente desenvolvidos onde o proletariado é majoritário, não entenderam que nos países semi-coloniais é necessário que o proletariado dirija as demais classes duplamente oprimidas, pela burguesia nacional e pelo imperialismo, e para isto exige a necessidade da construção da *Frente Revolucionária Anti-imperialista*. Isto basicamente ocorreu por uma análise superficial, como já dissemos, da caracterização do país.

No próximo Número continuaremos com a polémica entre a *FUP* e a *Frente Popular*

